

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração dessa Casa de Leis, o seguinte:

## **PROJETO DE LEI Nº 099/2018**

**Súmula:** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, a empresa ou consorcio de empresas, a instalação, manutenção, conservação e veiculação de publicidades em lixeiras, contentores de lixo, bancos, pontos de ônibus e dá outras providências.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, a empresa ou consorcio de empresas, a instalação, manutenção, conservação e veiculação de publicidades em lixeiras, contentores de lixo, bancos e pontos de ônibus.

**§ 1º** - As dimensões, formatos, especificações e locais de instalação dos equipamentos serão disciplinados pelo poder público e deverão seguir os procedimentos da lei municipal em vigência.

**§ 2º** - A instalação, a manutenção e a conservação das lixeiras, contentores de lixo, bancos e pontos de ônibus são de responsabilidade exclusiva da concessionária, não sendo devida nenhuma contrapartida pela municipalidade.

**§ 3º** - As despesas decorrentes da confecção dos materiais compreendendo mão de obra e material, serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

**§ 4º** - A concessão de que se trata esta lei poderá ser outorgada pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

**Art. 2º** - A concessionária poderá, durante o período de vigência do contrato de concessão, explorar e comercializar os espaços existentes nas lixeiras, contentores de lixo, bancos e pontos de ônibus para veiculação de publicidade, dentro dos limites estabelecidos pelo órgão público competente.

**§ 1º** - É vedado à veiculação de propaganda de apelo erótico, cigarro, bebidas alcoólicas e outros agentes nocivos à saúde, bem como a propaganda política partidária.

**§ 2º** - Poderá ser destinada a publicidade institucional e cultura, 20% (vinte por cento) do espaço reservado à publicidade comercial, sem ônus ao poder público.

**Art. 3º** - São obrigações da concessionária:

- I – Instalar e executar adequadamente os reparos necessários nos locais que receberão as lixeiras;
- II – Fornecer e instalar os bens no padrão a ser estabelecido pela prefeitura, o qual deverá constar como anexo do edital de concorrência, para ciência dos licitantes;
- III – Explorar o direito de veiculação de publicidade em espaços existentes, de forma padronizada e previamente aprovada pelo poder concedente e a concessionária;
- IV – Exibir, sempre que exigido pela fiscalização, os documentos e contratos de aluguel fixados com as empresas privadas em relação ao espaço reservado para divulgação e propaganda;
- V – Determinar o prazo em que cada empresa poderá permanecer com a divulgação e propaganda de seus produtos, comprometendo-se a trocá-las em caso de serem rasgadas ou danificadas;
- VI- Respeitar e cumprir fielmente o disposto nos artigos 6º e 7º, ambos da lei federal nº 8.987/1995;
- VII – Prestar serviço adequado, de acordo com as normas técnicas aplicáveis;
- VIII - Realizar a manutenção e a conservação dos bens e dos locais onde eles estiverem instalados, substituindo-os caso não possuam condições de reaproveitamento, no prazo determinado pelo município de Irati;
- IX – A concessionária deverá ter a sede ou constituir filial no município de Irati durante a vigência do contrato de concessão;
- X – Reparar, consertar, substituir o espaço de publicidade por ocasião de vandalismo, acidentes ou intempéries e/ou comunicar o Poder Público sobre qualquer episódio contra o patrimônio público.

**§ 1º** - Caberá ao poder público realizar a fiscalização dos equipamentos e das publicidades veiculadas, que, em caso de descumprimento dos regulamentos editados, notificara a concessionária, para imediata adequação, sob pena de multa e demais penalidades previstas no edital.

**§ 2º** - Extinta a concessão, os equipamentos de que se trata esta lei ficarão definitivamente incorporados ao patrimônio do município de Irati, independentemente do pagamento de qualquer indenização, seja a que título for.

**Art. 4º** - Fica estabelecido que a secretara de obras e serviços urbanos e ao departamento de tributação fiscalizar todas as regras impostas nesta lei, visando o seu total cumprimento, criando mecanismos de orientação e autuação, para que as placas a serem afixadas estejam sempre em bom estado de conservação.

**Art. 5º** - Para o cumprimento do disposto nesta lei, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas a melhoria do meio ambiente, qualidade de vida, informações e utilidades para todos os cidadãos, o Poder Executivo deverá apoiar e incentivar a criação de um canal de comunicação entre os comerciantes, consumidores e aos setores responsáveis para reclamações e sugestões.

**Art. 6º** - O poder executivo poderá regulamentar as disposições desta lei, através de decreto.

**Art. 7º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 22 de agosto de 2018.

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**

## PROJETO DE LEI Nº 099/2018

**Súmula:** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, a empresa ou consorcio de empresas, a instalação, manutenção, conservação e veiculação de publicidades em lixeiras, contentores de lixo, bancos, pontos de ônibus e dá outras providências.

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores.

Encaminhamos o Projeto de Lei que *“fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, a empresa ou consorcio de empresas, a instalação, manutenção, conservação e veiculação de publicidades em lixeiras, contentores de lixo, bancos, pontos de ônibus e dá outras providências”*.

O presente Projeto de Lei visa a dar oportunidade de autorizar a exploração de Publicidade em vias públicas através de instalação, doação e manutenção de lixeiras através de concessão do uso de espaço público, mediante prévia licitação, na modalidade de Concorrência Pública, impondo-se limites e amplitudes claras e bem delineadas, de tal forma a respeitar o princípio da legalidade, indissociável no trato da questão a envolver *res publica*.

A referida concessão do uso visa em especial dar condições dos transeuntes terem onde depositar o lixo, incentivando a educação e higiene nas ruas e logradouros públicos. Trata-se, portanto, de questão de interesse público.

Pois bem. Tendo a autonomia municipal como um dos princípios estruturantes da República Federativa do Brasil, é preciso que o Município discipline as matérias da sua competência, ainda que existam normas gerais da União ou do Estado.

Aliás, voltando à questão do interesse local, o critério da predominância para aferição, da existência, ou não, é defendido por Hely Lopes Meireles nos seguintes termos: *“Interesse local não é interesse exclusivo do Município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único dos munícipes. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria, o âmbito da Administração local, aniquilando-se a autonomia de que faz a Constituição. (...) O que define e caracteriza o interesse local, inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse sobre o do Estado ou da União.”* (“Direito Municipal Brasileiro” 6ª ed., 3ª tiragem, São Paulo, Malheiros, 1993, p. 98, destacou-se). Portanto, neste caso há o interesse local nessa concessão.

Noutra via, em atendimento à lei de regência e ao princípio constitucional da legalidade, a concessão pretendida deve ser efetivada mediante prévia autorização legislativa e processo licitatório na modalidade concorrência pública. Neste prisma, vale transcrever os dispositivos da Lei Orgânica Municipal que falam sobre a concessão administrativa de bens públicos:

*Art. 31. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:*

*(...)*

*IX – autorização e permissão de serviços públicos de interesse local a terceiros;*

*(...)*

*Art. 68. Ao Prefeito compete:*

*(...)*

*XIII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal;*

*(...)*

Diante do exposto, aguardando a manifestação desta Casa, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**